



---

## RETRATO DA ELITE NA PERSPECTIVA DO ROMANCE ANGOLANO CONTEMPORÂNEO

Rita Chaves (USP)  
Sueli Saraiva (USP)

**RESUMO:** Neste artigo, temos como objetivo fazer uma breve análise dos romances angolanos *Maio, mês de Maria* e *Predadores*, verificando a maneira como as suas elites figuram como protagonistas na ficção, como representação do complexo jogo social iniciado com a independência, em 1975. A temática deixa entrever que o capítulo histórico encerrado há cerca de quatro décadas não liberou os seus escritores do engajamento crítico que esteve na gênese dessa literatura em tempos de luta anticolonial. A análise comparativa entre duas obras angolanas, cujo eixo narrativo é o grupo social que ascendeu como novos donos do poder, contribui para o entendimento de uma realidade que tem desafiado os estudiosos do pós-colonialismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Angola, elites, pós-colonialismo

### PORTRAIT OF THE ELITES IN THE PERSPECTIVE OF CONTEMPORARY ANGOLAN NOVEL

**ABSTRACT:** This article aims to make a brief analysis of the Angolan novels: *Maio, mês de Maria*, and *Predadores*, in order to verify how the current Angolan elites are represented as protagonists both in fiction and in the complex social game started with independence in 1975. The theme would indicate that the historical chapter concluded nearly four decades ago has not freed Angolan writers from the critical engagement that marked the genesis of this literature in times of anti-colonial struggle. The comparative analysis between two African works whose axis is the social group that rose as new holders of power contributes to the understanding of a reality that has challenged scholars of postcolonialism.

**KEYWORDS:** Angola, elites, postcolonialism

Resistência é um conceito originariamente ético, e não estético. O seu sentido mais profundo apela para a força da vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Resistir é opor a força própria à força alheia. O cognato próximo é *insistir*; o antônimo familiar é *desistir*.

(BOSI, 2002, p. 118)



---

## Introdução

Há menos de quatro décadas, as últimas colônias portuguesas na África conquistavam sua independência política, após as incontornáveis lutas de libertação. Firmada a autonomia em meados dos anos setenta, a deposição de armas ainda levaria algumas décadas, durante as quais conflitos internos (não menos motivados por fatores externos) deram vazão às guerras civis que perduraram até a virada do século (em Angola até 2002). Foi em períodos de contestação política e convulsão social que floresceu em Angola uma literatura reivindicativa de seu caráter nacional, cujo papel simbólico na luta contra as injustiças coloniais é amplamente reconhecido.

A gênese de tal percurso literário remonta ao final do século XIX, em que surgiram as sementes dos escritos poéticos e ficcionais que marcariam a resistência do pensamento intelectual e artístico antiimperialista. A primeira metade do século XX, que precedeu o início da luta armada em 1961, fez retumbar o grito de “Vamos descobrir Angola”, remetendo à ideia fundamental de “angolanidade” como projeto de resistência cultural contra a ideologia colonialista. É o grito da “sagrada esperança”, de Agostinho Neto (NETO, 2009, p. 39).

Em tempos de paz relativa, embora derrotado o velho colonialismo, a resistência ética e estética passa a vigorar em outras frentes de batalhas. Uma parcela significativa de escritores africanos persiste em seu labor literário sem descuidar das inquietações suscitadas pelas velhas e novas questões sociais. A realidade pós-colonial, herança de um imperialismo pernicioso, configurou-se como um novo período de contestações de sua elite cultural, sempre atenta em responder às urgentes indagações de cada etapa histórica. O alvo da palavra-arma literária já não é, exclusivamente, o legado colonial. Com a mesma lente crítica passa-se a observar o rescaldo das lutas de libertação em todos os seus percalços. O cenário finissecular angolano destaca o desalento e a perplexidade daquela geração das armas, despertando do “sonho diurno” de promessas e esperanças que a mobilizara para a conquista da soberania. É o grito da “geração da utopia” de Pepetela.

Neste início do século XXI, os dilemas políticos e sociais não arrefecem no cotidiano angolano e continuam a figurar na perspectiva literária de grande número de escritores. Os romances *Predadores* (2005), de Pepetela, e *Maior, mês de Maria* (1997), de Boaventura Cardoso, deixam vislumbrar em seus enredos a estagnação ou depauperamento social da ampla maioria da população e o enriquecimento extravagante de uma minoria política e economicamente privi-



legiada, a chamada “elite”<sup>1</sup>. O egoísmo<sup>2</sup> que marca a caracterização fictícia dessas personagens de contextos reais não é exclusividade angolana; ao contrário, o fenômeno, que solapa o mundo contemporâneo, espria seus tentáculos e arregimenta aqueles predispostos a acolhê-lo.

O pensamento social angolano tem revelado nessas quatro décadas de independência um contínuo movimento de resistência ética que se desdobra no componente estético de suas produções literárias. Tal fato vai ao encontro das palavras de Alfredo Bosi (2002) em sua afirmação de que “o homem de ação, o educador ou o político que interfere diretamente na trama social, julgando-a e, não raro pelejando para alterá-la, só o faz quando é movido por valores” (BOSI, 2002, p. 120). No grupo desses “homens de ação” encontram-se, ainda, os escritores, e suas manifestações artísticas fiam-se na crítica resistente movida por *valores* (liberdade, igualdade, sinceridade etc.), repelindo e combatendo os *antivalores* (despotismo, iniquidade, hipocrisia etc.), conforme ainda as ideias do crítico brasileiro.

Enquanto os intelectuais, escritores ou não, interferem na trama social expressando seus pensamentos e ideias por meio de intervenções orais e escritas (palestras, entrevistas, textos jornalísticos etc.), na criação ficcional, essa intervenção se dá pela interação leitor-texto. É na leitura do mundo criado e sedimentado no enredo que sobressai a crítica subjacente ao espaço, ao tempo e às ações das personagens, que são em tudo ficcionais, mas em nada inverossímeis. Afinal, é na coesão do romance, na invariabilidade do texto fixado, que se encontra a lógica da personagem (cf. CANDIDO, 1998, p. 58-59).

De tal modo, a representação de dados da realidade na trama literária implica reconhecer a personagem como o elemento mais atuante na criação de um “sentimento de verdade” ou verossimilhança, conforme ensina Candido, que argumenta haver “afinidades e diferenças essenciais entre o ser vivo e os entes de ficção...” e que o romance “se baseia, antes de mais nada, num certo tipo de relação entre o ser vivo e o ser fictício, manifestada através da personagem, que é a concretização deste” (CANDIDO, 1998, p. 55). Considerar essa concretização de um ser fictício (por paradoxal que seja a expressão) como espécie de *avatar* de um “ser vivo” constitui uma imagem produtiva para analisarmos a

---

<sup>1</sup> Os estudiosos das “elites” afirmam não existir, de fato, consenso sobre o que se entende pelo termo, conforme recorda Flávio Heinz (2006), organizador de *Por outra história das elites*. Contudo, não incorremos em erro ao nos basearmos em definições como a elaborada pelo sociólogo suíço Giovanni Busino (*Elites e élitisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992), para quem “elite” significa: “uma minoria que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente ou de qualidades adquiridas. [...] No plural, a palavra ‘elites’ qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social [...]”. (BUSINO *apud* HEINZ, 2006, p. 7).

<sup>2</sup> A ideia é a do “egoísmo social”. Sobre essa expressão amplamente debatida nos dias que correm, ver, por exemplo, Cristovam Buarque (1999).



representação (a despeito da crise pós-moderna que cerca o conceito), nos romances angolanos, de personagens facilmente reconhecíveis no “mundo real” como pertencentes à elite africana surgida no pós-independência.

Os romances *Maio, mês de Maria* e *Predadores*, ainda que apresentem eixos temáticos variados, não deixam de revelar uma explícita crítica a determinados dados da realidade, a partir da caracterização de personagens dominantes no plano da narrativa. Trata-se de um protagonismo extraordinariamente concedido (invertendo a praxe da literatura empenhada, que é dar voz aos excluídos) a fim de pôr em evidência, por contraste com seus antagonistas, os antivalores encenados. Seus antagonistas são aqueles que portam o escudo da resistência em defesa dos valores que, em geral, não estão no horizonte da ideologia das elites (liberdade, igualdade, sinceridade etc.).

### **1. Maio, mês de Maria: da proto-elite à elite em transição**

*Maio, mês de Maria* flagra, no seu tempo narrativo, a exata passagem da condição colonial para a independência. Foi nesse contexto de reorganização social e de reforma superestrutural que se formou a gênese da nova elite angolana que conduziria o destino do país nascente, enquanto a elite que restou da era colonial buscava o seu quinhão na redistribuição de poderes.

Definido como um “romance quase intolerável”, nas palavras de Luandino Vieira (1997), o mestre mais-velho da literatura angolana, a obra de Boaventura Cardoso trata da “morte de uma camada social germinada contra natura pelo sistema colonial [a burguesia assimilada] e incapaz agora de se afirmar na independência” (VIEIRA, 1997, p. 10). No romance, a personagem representativa desse estrato social “degenerado” é João Segunda, africano negro, um sagaz sobrevivente no mundo colonial. Assumindo os valores do colonizador e procurando esquivar-se de sua condição racial inferiorizada, a personagem se sobressai num ambiente preparado institucionalmente para hostilizá-lo. Com o advento da independência e a instabilidade social que se seguiu, João Segunda vivencia o desmoronamento daquele mundo que, apesar de tudo, lhe parecia sólido.

Ao fugir da violência dos conflitos pós-1975 que assolou sobretudo o interior do país, a família Segunda abandona o conforto e o relativo prestígio que gozavam em Dala Kaxibo, no interior, e muda-se para Luanda, a capital. A mudança para a cidade marcaria uma nova fase na vida de João Segunda, que logo constataria as diferenças e semelhanças entre fazer parte do jogo da sua “elite rural”, então regida pelo ex-colonizador, e ser agora parte de uma “elite urbana”, regida pelos novos man-



datários: “Que João Segunda começou então estava perceber vida em Luanda era realmente difícil, aqui só se vive com esquemas, que não tinha aquelas facilidades de lá em Dala Kaxibo onde era senhor seu dono importante desde o tempo do tuga, apesar de negro” (CARDOSO, 1997, p. 35).

A elite negra<sup>3</sup> imaginada por João Segunda, formada no tempo colonial “contra natura”, nas palavras de Luandino Vieira, era, de fato, apenas convenientemente tolerada para servir aos interesses coloniais. No entanto, sobrevivia suplantando com as máscaras do privilégio econômico a humilhante condição de cidadão “de segunda” que sempre ocuparia, como o seu próprio nome sugere. Nos cerca de quinze anos, João Segunda e sua esposa, trabalhadores e astutos, estabeleceram-se e enriqueceram no interior, enquanto a história da independência estava sendo escrita no fogo daqueles anos sessenta:

Eram jovens cheios de esperança num futuro melhor, apesar de conhecerem as limitações que se impunham aos negros que quisessem singrar em meios pequenos. Que se sentiam fortemente vigiados por muitos olhares, eram os primeiros negros considerados civilizados que se fixavam em Dala Kaxibo. [...] Que os brancos da povoação, intrigados, olhavam para eles com manifesta hostilidade. Estavam assim falar casal Segunda tinha ligações secretas com os turas [independentistas] [...] (CARDOSO, 1997, p. 22).

O ambicioso casal prosperou a partir de uma pequena cantina e pela aproximação, habilmente executada, da elite colonial, mediada pelo padre: “Para controlar tanta demasiada animosidade, Segunda adiantou se aproximar do pároco que tinha autoridade junto do administrador do posto, dos comerciantes e dos fazendeiros” (CARDOSO, 1997, p. 22). Assim, marido e mulher conseguiram comprar terreno, gado e conquistar o privilégio de estar entre a “gente alta da sociedade local” (CARDOSO, 1997, p. 23); afinal, diziam: “você é preto na pele, no coração você é branco como nós, e então ele se ria ridente vaidoso” (CARDOSO, 1997, p. 43). Sempre seguindo as orientações e conselhos dos amigos colonos, vão assimilando e reproduzindo, melhor do que os próprios, o comportamento dito civilizado dos colonizadores. Contudo, eventualmente a sua condição de “pretoguês” lhes era lançada à face:

---

<sup>3</sup> Usamos o termo “elite” mesmo em referência à chamada burguesia negra no contexto colonial, não como definição daquele que está em posição de grupos dirigentes (os colonizadores), mas para definir indivíduos privilegiados pela distinção de classe dentro de seu grupo (os colonizados).



Segunda, apesar de muito conhecido em Dala Kaxibo, de frequentar as festas todas da localidade, de manter cordial bondoso relacionamento com as autoridades, João Segunda um dia, devoto fervoroso, quis se sentar à mesa de Cristo para receber a hóstia sagrada. O padre, um capelão, tinha pouco tempo chegado a Dala Kaxibo, se recusou lhe dar sacramento porque, que explicou mais tarde, não era aquele o momento para os pretos comungarem, só depois da missa terminada. Que João Segunda, profundamente atingido no orgulho dele, saiu da igreja e jurou nunca mais voltar lá! (CARDOSO, 1997, p. 15).

Apesar dos episódios de humilhação, Segunda não perde a ilusão de pertencer, de fato, à elite colonial, como um legítimo português preto.

A alienação do casal João Segunda e sua esposa Zefa frente às mazelas impostas pelo colonialismo é marcada no enredo pela acomodação ao papel de proprietários e senhores. Respeitados pelos negros pobres, com os quais mantinham uma relação patriarcal, falsamente altruísta, eles prezavam a reafirmação constante do poder simbólico que a riqueza proporcionava. À casa do “grande senhor” preto e sua matriarca acorriam os pretos indígenas para pedir o favor de os “civilizar”: “Eram muitas as raparigas que as gentes das sanzalas lhe confiavam [à dona Zefa] para serem adestradas na culinária, nos femininos labores, as boas maneiras, no trato recatado a reservar aos eventuais pretendentes...” (CARDOSO, 1997, p. 23). Um apadrinhamento cuja contrapartida proporcionava à sua família ainda mais benefícios:

Nos aniversários dela não lhe esqueciam, que lhe mandavam bolos, toalhas pacientemente bordadas, cabras, cabritos e galinhas, quindas de fubá e farinha, óleo-de-palma, cachos de banana. Sempre que fizesse anos recebia tantas demasiadas ofertas das afilhadas que não sabia onde as guardar. Quase todas tinham aprendido lá em casa o catecismo e feito a primeira comunhão (CARDOSO, 1997, p. 23).

A reprodução da vida segundo os valores europeus se manifesta também na voluntária divulgação da religião cristã entre os seus apadrinhados, recordando que João Segunda, o devoto fervoroso que abandona a Igreja ao ser ofendido em seu orgulho, deveria manter com a instituição uma relação estratégica, pois foi através dela que as portas da elite local se abriram para ele.

Contudo, no momento de fugir ao apocalipse que julgava iminente (a chegada dos guerrilheiros), João Segunda deixa entrever o despreço pelos valores civilizatórios cristãos em prol dos valores civilizatórios mundanos. Ao defender o seu patrimônio, ele despreza aqueles que viviam sob o seu manto de “grande senhor”, e decide pelo abandono de-



les. Parte para o refúgio, além da sua família nuclear, apenas o empregado Lusala, “trabalhador e muito obediente” (CARDOSO, 1997, p. 34), um servidor fiel e humilde da família desde os dez anos de idade:

Pressinto que uma grande desgraça está para acontecer, a terra vai tremer aqui em Dala Kaxibo, um vento forte vai arrasar tudo, nada ficará de pé, as casas, os animais e as fazendas todas vão desaparecer, por isso, minha querida, acho melhor partirmos imediatamente para Luanda, com tudo e todos, os miúdos, os criados, não, apenas vai o Lusala, a mobília toda, os camiões, toda a criação, sim, todo o gado, as cabras, as galinhas e os patos, os pássaros também, não vamos deixar nada pois conto estabelecer-me lá em Luanda ou num sítio qualquer onde haja segurança (CARDOSO, 1997, p. 20).

“Os criados, não”. “A criação, sim”. As expressões destacam o egoísmo que caracteriza o comportamento da elite proprietária, o qual é reiterado quando a esposa o questiona sobre o destino das afilhadas que ainda estavam sob sua responsabilidade. “João Segunda foi categórico: não levarei ninguém! As afilhadas fossem entregues nas mãos delas ou que amigassem” (CARDOSO, 1997, p. 23). Nem mesmo a criança de apenas dois anos, doente, órfã de pai e mãe – “praticamente filha dela caçula!” (CARDOSO, 1997, p. 23) se salvaria do fogo que se aproximava: “Que Kassamati ficasse entregue aos cuidados de alguém. [...] Discussão foi violenta demorada [...]. Mais tarde, farto de tanta insistência, João Segunda disse a miúda seria levada até Dondo onde seria entregue à gente de confiança” (CARDOSO, 1997, p. 23). A frase soa irônica: sua família não seria, portanto, “gente de confiança”!

Ao chegar a Luanda, as novidades do tempo de liberdade que agora gozava lhe parecem insuficientes para justificar a mudança de vida. Não compreende a postura do filho Hermínio, que vai se politizando e crendo nas bem-aventuranças da independência, ou seja, seu antagonista na visão da nova ordem. O jovem tenta instigá-lo sobre a irreversibilidade da história, mas o pai, reticente, contesta:

– O que é que o actual regime me deu? Nada. Eu que no tempo do tuga já era um grande senhor, o que sou agora? Estou aqui é a perder tempo e dinheiro. Se eu soubesse no que isso ia dar, tinha ido para a Metrópole. Antes da independência éramos todos irmãos, todos portugueses apesar de sermos brancos, pretos e mulatos, hoje estamos divididos... (CARDOSO, 1997, p. 44).

Ao outrora aclamado senhor de terras, “apesar de preto”, cujo imaginário era povoado por uma suposta “democracia colonial”, a guinada angolana para a autodeterminação não se lhe afigurou confiável. A mu-



dança de postura só ocorre quando ele descobre o seu lugar nos meandros dos benefícios espúrios facilitados pelo desarranjo social. Ao celebrar o casamento da única filha com um revolucionário desonesto, agora comandante da nova ordem, João Segunda, então avesso a acontecimentos políticos, inicia um novo ciclo de acúmulo de poder material e simbólico que lhe permite retomar o *status* que, ao seu ver, o dinheiro poderia comprar. Ou seja, do mesmo modo que se apegara à religião em Dala Kaxibo, por interesse nas relações com os colonos, agora se apega à política, por interesse nas relações com os novos mandantes: “Apesar do manifesto interesse na política, Segunda continuava a não ter ideias muito claras sobre o assunto. Que mais lhe interessavam eram os negócios que, se corresse bem a política estava de boa saúde, se corresse mal visão dele da política já era outra” (CARDOSO, 1997, p. 59).

*Maio, mês de Maria* deixa entrever, desse modo, a representação de uma classe burguesa, ou “elite”, como temos denominado genericamente, a qual fez o jogo do colonizador no período da dominação colonial e que, na mudança do regime, “para se manter, tenta contrapor e ensaiar novas táticas que a revolução proporciona” (VIEIRA, 1997, p. 10). Os Segunda, bem estabelecidos na ordem que se finda, ao tentarem se restabelecer, aliam-se às forças dos grupos de poder surgidos durante e após a revolução. São os “aprendizes de feiticeiro”, explica Luandino Vieira. Aprendizes tanto do ex-colonizador quanto dos novos donos do poder. Contudo, ao se apagar o dualismo colonizador/colonizado, as regras do jogo se mostram ainda mais intrincadas, demandando ações e atitudes que ultrapassam a esperteza da velha elite.

João Segunda, cuja morte é o *leitmotif* da narrativa, segue percorrendo as trilhas do dinheiro fácil até ser vencido pelos esquemas que abraçara. O mundo, ilusoriamente forjado no Bairro do Balão, despedaça-se com o desaparecimento do seu filho Hermínio, junto com outros jovens do bairro, que se dissipam numa misteriosa Finisterra, uma alusão aos fatos ocorridos nos primeiros anos de independência, com destaque para a tentativa fracassada de golpe de Estado em 1977. Eram eventos de violência e opressão, decorrentes, não raro, de ações dos mesmos agentes que alimentaram, durante as lutas de independência, o sonho de liberdade e igualdade, mas que agora já se confundiam com anti-heróis em uma terra convulsionada pela guerra civil.

## **2. Predadores: a utopia passada a limpo**

O retrato da elite que transparece no romance de Boaventura Cardoso também será revelado na narrativa ficcional de outros escritores angolanos, marcadamente na obra de Pepetela. Tendo iniciado sua carreira literária no auge das lutas armadas, o romancista acompanha o



desenrolar da história de seu país com uma volumosa criação romanesca, publicada desde 1980. Seu romance *O cão e os caluandas* (1985) já denunciava a ganância da nova elite angolana contra um projeto de sociedade democrática no pós-independência. Prossegue denunciando o fim de um sonho bom em *A geração da utopia* (1992) e, n'*O desejo de Kianda* (1995), não arrefece a denúncia da desestruturação social, da corrupção e do desrespeito ao projeto de estado-nação um dia imaginado.

A crítica empenhada do cidadão se converte em temas esquadrihados no projeto literário do artista. A contundência crítica atinge o ápice em *Predadores*, uma longa narrativa cujo título revela o extravasamento da angústia fermentada nas ficções anteriores. Na criação de Pepetela, personagens como João Segunda, de Boaventura Cardoso, que buscaram o caminho tortuoso para a manutenção e aprimoramento do poder econômico, atingiram, ao longo do percurso, a categórica condição de “predadores” dos bens materiais e simbólicos do país.

Se no romance de Boaventura Cardoso a personagem central é um membro da escassa elite africana negra que chega à Luanda no pós-independência já em condições privilegiadas, encontrando ali possibilidades de incrementar, ilicitamente, seus privilégios materiais, no romance de Pepetela, a personagem Vladimiro Caposso – pobre e contando apenas vinte anos de idade – inicia sua empreitada de ascensão social, na mesma Luanda, à mesma época, e aprendendo a destrinchar os mesmos “esquemas” que patrocinaram João Segunda.

O ex-José Caposso, oriundo do Calulo – “vilória perdida nos matos perto do Rio Cuanza” (PEPETELA, 2005, p. 98) –, desconhecia e desprezava as lutas que culminaram nos eventos de 1974/75. Nessa época, ele se encontra em Luanda, sem família e subempregado por um colono, preferindo não se aproximar da política ou se associar aos nacionalistas, seguindo as orientações do pai, um falso enfermeiro, já falecido: “Se te metes em política acabas na cadeia, não foi onde foram parar os outros todos, os terroristas que a si se chamavam nacionalistas?” (PEPETELA, 2005, p. 99), dizia aquele que vagava com o filho pelo interior do país, sempre fugindo das ameaças por trabalhos mal realizados, e que morreu “sem nada, nem casa própria, nem pensão ou reforma nem conta em banco” (PEPETELA, 2005, p. 106).

Embora não pertencesse ao grupo de privilegiados, mas apenas ao grupo de sobreviventes no regime colonial, cuja família nem mesmo provinha da humilhante condição de assimilada<sup>4</sup>, o jovem Caposso, a exemplo de João Segunda, não absorve o clamor dos novos tempos.

<sup>4</sup> A assimilação foi um instrumento legal do Estado português, um procedimento em vigor basicamente de 1917 a 1958. Seu texto promulgava que alguns indivíduos africanos negros teriam o direito a uma “cidadania concedida”, logo precária, desde que atendessem algumas exigências: “o africano que se considerasse ‘civilizado’ devia fazer um exame, respondendo a certas perguntas e deixando que uma comissão fosse à sua casa ver como é que vivia, se sabia comer como um branco, à mesa, se se calçava e se tinha uma só mulher. Quando ele era aprovado, passavam-lhe um documento chamado o ‘alvará de assimilação’ [...]” (HONWANA, 1989, p. 69-70).



Tinha um único amigo, o jovem revolucionário Sebastião Lopes, incansável na tentativa de conduzir Caposso ao caminho de conscientização e da luta ainda acesa. Reproduzindo a ideologia do “homem novo” angolano, Sebastião acatava e defendia a mudança das consciências em meio à classe trabalhadora, tão carente de mentes politizadas. Assim, sugeria a Caposso tornar-se operário, aprendendo e divulgando a doutrina da nova ordem; mas ele era reticente:

Que Sebastião lhe desculpasse, operário não queria ser, mesmo por melhor salário, não gostava do cheiro de máquinas e de andar todo sujo e a fazer constantemente força. [...] Paciência, seria da pequena-burguesia, raio de nome tão feio. E ainda por cima pequena, antes fosse grande (PEPETELA, 2005, p. 118).

– Estou bem na loja, esquece. E não percebo nada dessas políticas, nem me vou meter. O meu pai dizia, política causa sarna. Se continuas com essas ideias, vais ver, Sebastião, vais passar a vida a te coçar (PEPETELA, 2005, p. 120).

Mas, percebendo as oportunidades de obter vantagens pessoais no rearranjo em curso, ele passa a demonstrar um dissimulado interesse pelo movimento revolucionário:

De facto, só agora, com a presença constante de Sebastião, começava a se interessar pelas tendências políticas assumidas pelas pessoas. Mas era muito complicado, tinha de ir devagarinho. Não com o objectivo de se meter nessas confusões, tinha presentes os ensinamentos do pai [...] (PEPETELA, 2005, p. 102).

“Caposso deixou de ter medo da sarna no ano seguinte, o da abençoada independência” (PEPETELA, 2005, p. 121). Foi por conta da “abençoada independência” da qual ele não queria assumir a sua parte de responsabilidade, que o jovem Caposso herdou, num acordo temporário, que se tornou definitivo, a lojinha e um terreno anexo do comerciante português que, a exemplo de muitos, despediu-se definitivamente da vida africana e retornou à terra natal. Apesar de pequeno, tal negócio foi um grande passo para o início da ascensão desde sempre desejada por Caposso. Em pleno fervor socialista, ele passa a vislumbrar o seu futuro de “grande burguês”, a começar pela defesa da propriedade: “Caposso podia portanto crescer, a parte vaga do terreno era quatro vezes a construída. Tinha de reforçar as marcas limitando a propriedade, pôr aduelas, ripas, chapas, o que fosse, fechar aquilo, mostrar isto tem dono, ninguém trespassa. Um dia podia construir uma verdadeira mansão ali” (PEPETELA, 2005, p. 127). E novamente recorre à mentira: “Não



encosta ou penetra, propriedade de camarada do MPLA” (PEPETELA, 2005, p. 131).

Não demora, ele começa a compreender o funcionamento da nova dinâmica social e a necessidade de pertencer à classe dos “camaradas”; solicita apoio de Sebastião para se inscrever no partido, obtendo uma indevida carteira de identidade revolucionária. Mas, compreendendo que o amigo está, na verdade, tomado de ímpeto capitalista, Sebastião vira-lhe as costas, rompendo a amizade. Porém, foram justamente as lições do ex-amigo que o ajudam a conseguir esse objetivo (a tal carteira do partido foi “comprada” de um funcionário corrupto), forjando, inclusive, uma falsa identidade revolucionária. O jovem que chegou a Luanda como José Caposso se autorrebatiza com o pomposo prenome “Vladimiro”, em referência à Lênin, ícone da corrente política (marxista-leninista) do primeiro momento da república angolana: “O meu pai era um revolucionário há muitos anos” (PEPETELA, 2005, p. 134), mente. E, estrategicamente, passa a circular nos espaços exclusivos da elite em formação.

A mentira e a dissimulação continuam sendo os recursos fundamentais no jogo arquitetado pelo ambicioso jovem, os quais não pouparam nem mesmo o histórico marco da independência. O hasteamento da bandeira do país nascente não mereceu, de sua parte, a esperada celebração, envolvido que estava celebrando a sua condição de proprietário: “Enquanto o povo todo de Luanda, bebês inclusive, se aglomerava na praça onde o presidente, à meia-noite, ia declarar a independência, ele se deixou ficar em casa [...] com medo que roubassem alguma coisa, ou as chapas com que fechava o quintal” (PEPETELA, 2005, p. 128).

Mas, consciente do prejuízo de tal ato para a imagem que vinha construindo como membro do partido, esse fato é, estrategicamente, ocultado:

[...] Mais tarde, aos amigos, contava como vira subir a bandeira rubro-negra [...]. Contava tudo como se tivesse assistido, o que não era nada difícil, pois os diferentes locutores e comentadores da rádio repetiam constantemente as mesmas cenas e os discursos e mais tarde a televisão também transmitiu... (PEPETELA, 2005, p. 128-129).

Essas e outras ações passaram a fazer parte da vida de “esquemas” de Caposso, enquanto ia desenrolando os fios de sua personalidade capitalista, até se tornar, em menos de duas décadas, um dos homens mais ricos de Angola, em absoluta falta de compromisso com a realidade que o circunda, corrompendo definitivamente o horizonte utópico vislumbrado nos anos de lutas.



---

## Considerações finais

Ambos os romances angolanos aqui brevemente analisados procuram, por meio de seus narradores e personagens, flagrar o momento em que, aproveitando-se das mudanças conturbadas, um grupo social se apropriou do poder econômico, atrelado ao jogo político. Tanto João Segunda, em *Maio, mês de Maria*, quanto Vladimiro Caposso, em *Predadores*, são representantes de uma elite urbana, centrada em Luanda. Ambas as personagens são oriundas do interior do país e encontram na capital, sede do poder político, o alimento dos vícios sociais que corrompem a fronteira segura entre o público e o privado.

No romance de Boaventura Cardoso, o desaparecimento de Hermínio desperta em seu irmão, Horácio, um interesse pelos assuntos políticos, aos quais era, até então, indiferente. Em um dos capítulos da narrativa (cap. 26), Horácio debate com Dudu, também ele um militante aguerrido e amigo do irmão desaparecido, sobre as causas dos estranhos acontecimentos naquele cadinho de contradições sociais. Horácio desafia o seu interlocutor a chegar à difícil conclusão sobre quem seriam, realmente, os pequenos burgueses de quem os defensores da cartilha socialista diziam ser preciso “partir os dentes”. Horácio questiona:

– Temos de saber interpretar muito bem o que certos dirigentes dizem ou querem dizer com certas frases, para não cairmos em armadilhas. [...] quem são afinal os pequenos burgueses? [...] há pretos que se assumem como brancos... eu acho que no meio desses pretos podes encontrar muitos pequenos-burgueses (CARDOSO, 2005, p. 179).

A reflexão de Horácio, na verdade, vai ao encontro da realidade de seu próprio pai, João Segunda, um verdadeiro “preto de coração branco” no dizer dos ex-colonos, de quem herdou modos e costumes de preservar interesses materiais e privilégios de classe. No desfecho desse diálogo há, contudo, a confiança e a esperança de que, apesar da dificuldade de separar o joio do trigo, uma outra revolução social estaria no horizonte:

– Meu caro Horácio, há muita coisa que não se diz, pensa-se. A malta patrícia sabe exactamente a quem se devem partir os dentes.

– Muito boa gente que eu conheço e tu também, pretos como nós, um dia há-de-ficar completamente desdentada! Ah! Ah! Ah! (CARDOSO, 1997, p. 179)

No pós-independência, portanto, a questão das elites já não passa necessariamente pelos fatores raciais que fomentavam o colonialismo, mas, nas palavras do sociólogo angolano André Sango (2011):



A principal característica do processo pós-independência é que, ao contrário do que muitos imaginam, a nossa elite continuou e continua a guiar a sua conduta na base dos mesmos paradigmas usados no período colonial, embora fossem alteradas algumas premissas básicas, como superioridade rácica. Porém, os valores que têm presidido a todo o processo de construção do Estado-Nação têm invariavelmente obedecido aos mesmos critérios (SANGO, 2011, p. 20).

Os “mesmos paradigmas”, outrora na base do colonialismo, na verdade coincidem com o conjunto de valores (ou antivalores) que caracterizam as elites, em Angola ou algures: sentimento de superioridade civilizacional e ideológica, insensibilidade com as desigualdades sociais, exploração do trabalho, defesa da propriedade e acumulação de bens. Desse modo, sem esquecer que as mazelas do tempo presente advêm, inclusive, do histórico fardo herdado, os atuais desajustes sociais já não são creditados ao legado colonial *per se*.

Seja em contextos de intervenções públicas ou em obras literárias, o que os intelectuais denunciam é, sobretudo, a falta de um projeto de Estado para todos e que contribua para a melhor distribuição dos escassos bens sociais. Trata-se de reivindicações que ganham contornos específicos quando comparadas ao sonho inflado de esperanças que precedeu a independência. Não se questiona, naturalmente, a histórica autodeterminação, mas as diretrizes político-sociais que se sucederam à glória conquistada. Destaca-se, sobremaneira, a gênese das elites, as classes economicamente dominantes no contexto das mudanças da década de 1970.

O antropólogo e escritor angolano Ruy Duarte de Carvalho (2008) conclama para o enfrentamento do que denomina de “problema de elites”, ou seja, a falta de compromisso social de tal grupo dirigente, o descaso com as questões de interesse coletivo. Ele pondera:

[...] para além do problema imediato da fome, dos deslocados, dos desmobilizados, da sobrepopulação urbana, das estradas e dos transportes, da saúde, da educação, da administração, do Estado, um problema de elites, porquê e a favor de quê e de quem, passar-lhe ao lado, como quase sempre acontece? Julgo que esta é uma questão que se mantém pertinente entre nós (CARVALHO, 2008, p. 35).

Não contornar (“passar-lhe ao lado”) o problema das elites exigiria, entre outras providências, perceber na constituição das modernas sociedades africanas os resquícios herdados da escola, da cartilha ocidental (CARVALHO, 2003, p. 268), para além de se estar atento à complexidade dos próprios fatores sociais internos, ainda em processo de acomodação. Seria mesmo observar que o jogo não envolve apenas os *players* domésticos. As elites do poder local não existiriam como tais sem as suas congêneres transnacionais e transoceânicas deste século XXI: um elitismo globalizado movimentando incessantemente o tabuleiro da chamada democracia liberal.



---

## Referências

BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BUARQUE, Cristovam. **Os tigres assustados**: uma viagem pela fronteira dos séculos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999.

BUSINO, Giovanni. **Elite(s) et élitisme**. Paris: PUF, 1992.

CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. In: **A personagem de ficção**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1998.

CARDOSO, Boaventura. **Maió, mês de Maria**. Porto: Campo das Letras, 1ª ed., 1997.

CARVALHO, Ruy D. **Actas da Maianga - dizer das guerras em Angola**. Lisboa: Cotovia, 2003.

\_\_\_\_\_. **A câmara, a escrita e a coisa dita**. Lisboa: Cotovia, 2008.

CHAVES, Rita. **A formação do romance angolano: entre intenções e gestos**. Col. Via Atlântica; v. 1. São Paulo: 1999.

HEINZ, Flávio M. (org.). 2006. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

HONWANA, Raúl Bernardo. **Memórias**. Alfragide: Edições ASA, 1989.

NETO, Agostinho. **Sagrada Esperança, Renúncia impossível, Amanhecer: trilogia poética**. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 2009.

PEPETELA. **Predadores**. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2005.

\_\_\_\_\_. **O cão e os caluandas**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985.

\_\_\_\_\_. **A geração da utopia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

\_\_\_\_\_. **O desejo de Kianda**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

SANGO, André. Velhos paradigmas e novas roupagens – Os critérios de justiça em Angola. **África**. Revista do centro de estudos africanos, FFLCH-USP, n. 29/30. São Paulo: Humanitas, 2011.

VIEIRA, Luandino. Nota de censura póstuma. In: CARDOSO, Boaventura. **Maió, mês de Maria**. Porto: Campo das Letras, 1ª ed., 1997.



Recebido em 08 de junho de 2012.

Aceito em 31 de agosto de 2012.

### **Rita Chaves**

Professora doutora de Literaturas Africanas na Universidade de São Paulo e responsável pela disciplina Literatura e Colonização da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro. Autora de diversos artigos acadêmicos sobre as literaturas africanas de língua portuguesa; publicou *A Formação do Romance Angolano: entre intenções e gestos* (1999); *Angola e Moçambique: o lugar das diferenças nas identidades em processo* (2001); *Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários* (2005); além de ser coorganizadora de vasta obra dedicada às literaturas angolana e moçambicana.

Email: ritachaves@hotmail.com

### **Sueli Saraiva**

Doutoranda em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa na Universidade de São Paulo. Defendeu dissertação de mestrado na mesma Universidade com o título *A experiência do tempo em dois romances africanos: Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra e Mãe, materno mar*. Autora de artigos sobre as literaturas africanas de língua portuguesa; publicou o livro *Boaventura Cardoso, Mia Couto e a experiência do tempo no romance africano* (2012).

Email: suelisaraiva@usp.br